



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
GABINETE**

DESPACHO DO SECRETÁRIO - GERAL

10 de Setembro de 2020

Referência : Representação nº 11/2020-GPML.O Procurador-Geral Marcos Felipe do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal-MPjTCDF informa que por meio do Ofício nº 331/2020- GAB da Deputada Lúcia Lucy (anexo), a Parlamentar noticiou possíveis irregularidades na execução das despesas realizadas no âmbito do Termo de Colaboração Emergencial nº 1/2020, celebrado em 4/4/2020, entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal-SEDES/DF e o Instituto Tocar. Consoante registrado no referido expediente, o ajuste em comento decorreu da Dispensa de Chamamento Público, deflagrada pela SEDES/DF, sob a égide da Lei nº 13.019/2014, destinada à seleção de organização da sociedade civil para a prestação do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, com a finalidade de promover apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, tendo como meta o atendimento de 200 (duzentas) pessoas simultaneamente, teto estimado no valor de R\$ 2.752.0469,13 e vigência de 90 (noventa) dias, prorrogáveis. Ante todo o exposto e considerando que esta Corte de Contas é competente para apreciar a questão em comento, uma vez que a ela compete apurar denúncias sobre irregularidade e ilegalidade de atos praticados pela Administração Pública, consoante o disposto no art. 1º, § 3º e 76 da Lei Complementar nº 1/1994, bem como zelar pela correta aplicação da Lei e dos recursos públicos, o MPjTCDF requer ao Plenário que: I- conheça da presente Representação e determine seu processamento em autos específicos, uma vez que estão presentes os requisitos de admissibilidade estabelecidos no art. 230, § 2º, do RITCDF; II- conceda prazo à SEDES/DF e ao Instituto Tocar para que apresente esclarecimentos a respeito dos fatos narrados, com fundamento no art. 230, § 7º, do RI/TCDF; e, III- autorize a realização de procedimento de fiscalização por parte do Corpo Técnico do TCDF tendente a verificar os valores praticados no Termo de Colaboração Emergencial nº 1/2020 celebrado entre a SEDES/DF e o Instituto Tocar.

À SEASP, para exame de admissibilidade da Representação.

ASSINADO ELETRONICAMENTE

FRANCISCO ANTÔNIO ALVES DE SOUSA

Secretário - Geral de Controle Externo